



Câmara Municipal de Itaitinga
Rua Jonas Alves Barbosa, 25, Itaitinga, CE, Brasil, 61.881-128
Fone: 85 98992 3228 | Email: contato@camaraitaitinga.ce.gov.br | CNPJ: 41.545.112/0001-05

CAPA DO PROCESSO

Número do protocolo: 2025.10.27.0007

Data\Hora: 27/10/2025 14:14:40

Assunto/Tipo: PROJETO DE INDICAÇÃO

Credor: Maria Claudia Ferreira dos Santos Bezerra

Descrição do protocolo

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 053/2025 - INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PMSAN), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ITAITINGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Consulte o andamento do seu protocolo no nosso site

- 1 – Para acesso a tramitação processual do documento acima, deverá ser informado na tela de consulta o CPF, em se tratando de pessoa física, ou CNPJ, para pessoa jurídica, acompanhado no número do protocolo acima indicado.
- 2 – O QR CODE, deste comprovante, pode ser usado para acompanhamento do andamento do protocolo.



2025.10.27.0007

PROTOCOLO: 2025.10.27.0007 - CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITINGA



Credor: Maria Claudia Ferreira dos Santos Bezerra
Setor: OUVIDORIA
Descrição: PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 053/2025 - INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PMSAN), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ITAITINGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

27/10/2025 14:14:40



2025.10.27.0007



CÂMARA MUNICIPAL
DE ITAITINGA - CE
LEGISLANDO COM O POVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITINGA
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

APROVADO

EM VOTAÇÃO ÚNICA

EM 18 / 12 / 2025


Secretaria

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 053 /2025.

**INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL – PMSAN, NO ÂMBITO
DO MUNICÍPIO DE ITAITINGA, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITINGA, indica:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ART. 1º Fica instituída, no âmbito do município de Itaitinga, a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN), com o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada e promover o acesso regular e permanente da população a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, de forma sustentável e solidária.

ART. 2º A presente lei tem como base os princípios e diretrizes da lei federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, adequando-os à realidade municipal.

ART. 3º Para os fins desta lei, entende-se por:

- I** – segurança alimentar e nutricional: a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais;
- II** – alimentação adequada: aquela saudável, acessível, culturalmente apropriada e que respeite as diversidades regionais;
- III** – sustentabilidade alimentar: a produção, distribuição e consumo de alimentos que respeitem o meio ambiente e promovam o desenvolvimento econômico e social local.

CAPÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

ART. 4º A PMSAN reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I** – dignidade da pessoa humana;
- II** – direito humano à alimentação adequada;
- III** – intersetorialidade das políticas públicas;





CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITINGA - CE

LEGISLANDO COM O POVO

- IV** – participação social e controle democrático;
- V** – promoção da saúde e da educação alimentar e nutricional;
- VI** – sustentabilidade ambiental, econômica e social;
- VII** – valorização da agricultura familiar e dos produtores locais.

ART. 5º São diretrizes da PMSAN:

- I** – garantir o acesso universal à alimentação adequada e saudável;
- II** – articular políticas públicas de saúde, educação, assistência social, agricultura e meio ambiente;
- III** – apoiar e incentivar a produção, distribuição e consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar e da produção local;
- IV** – promover campanhas de educação alimentar e nutricional em escolas, unidades de saúde e comunidades;
- V** – reduzir o desperdício e incentivar programas de doação e reaproveitamento de alimentos.

CAPÍTULO III – DOS OBJETIVOS

ART. 6º São objetivos da PMSAN:

- I** – assegurar a todos os moradores de itaitinga o acesso contínuo a alimentos adequados;
- II** – estimular o fortalecimento da agricultura familiar e dos pequenos produtores rurais;
- III** – criar e apoiar programas municipais de alimentação escolar e comunitária;
- IV** – implantar bancos de alimentos municipais e programas de doação de alimentos;
- V** – promover hortas comunitárias e projetos de agricultura urbana;
- VI** – desenvolver ações de combate à fome e à desnutrição;
- VII** – monitorar e avaliar o estado de segurança alimentar no município.

CAPÍTULO IV – DA ESTRUTURA E GESTÃO

ART. 7º Fica criado o Comitê Municipal de Segurança Alimentar e nutricional (CMSAN), órgão de caráter consultivo, deliberativo e intersetorial, com a finalidade de articular, acompanhar e avaliar a execução da PMSAN.

ART. 8º O CMSAN será composto por representantes:

- I** – do poder público municipal, por meio das secretarias de saúde, educação, assistência social, agricultura e meio ambiente;
- II** – da sociedade civil organizada, incluindo entidades comunitárias, organizações sociais, cooperativas, associações e produtores locais.





CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITINGA - CE

LEGISLANDO COM O POVO

ART. 9º Compete ao CMSAN:

- I** – propor diretrizes, metas e planos de ação da PMSAN;
- II** – acompanhar e avaliar as políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional;
- III** – promover conferências municipais de segurança alimentar a cada quatro anos;
- IV** – elaborar relatórios e propor ajustes nas ações municipais;
- V** – fomentar a participação da sociedade civil e a transparência das ações públicas.

ART. 10º A secretaria municipal de assistência social, em articulação com as demais pastas envolvidas, será responsável pela coordenação e execução das ações previstas nesta lei.

CAPÍTULO V – DAS AÇÕES E PROGRAMAS

ART. 11º São instrumentos da PMSAN:

- I** – o plano municipal de segurança alimentar e nutricional, a ser elaborado no prazo de 12 (doze) meses após a publicação desta lei;
- II** – programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar;
- III** – programas de alimentação escolar e comunitária;
- IV** – parcerias com estabelecimentos comerciais e produtores locais para doação de alimentos;
- V** – campanhas de educação alimentar e nutricional;
- VI** – ações de incentivo à agricultura urbana e periurbana.

ART. 12º O município poderá celebrar convênios, termos de cooperação e parcerias com a união, estado, instituições públicas e privadas, bem como com organizações da sociedade civil, para execução dos programas previstos nesta lei.

CAPÍTULO VI – DO FINANCIAMENTO

ART. 13º As ações decorrentes desta lei serão financiadas com recursos:

- I** – do orçamento municipal;
- II** – de transferências da união e do estado;
- III** – de convênios, parcerias e doações;
- IV** – de outras fontes legalmente instituídas.

ART. 14º O poder executivo garantirá dotação orçamentária específica para a execução da PMSAN, incluída nas leis orçamentárias anuais.





CÂMARA MUNICIPAL
DE ITAITINGA - CE

LEGISLANDO COM O POVO

CAPÍTULO VII – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

ART. 15º O CMSAN deverá elaborar relatório anual sobre a situação da segurança alimentar no município, contendo indicadores, metas alcançadas e recomendações.

ART. 16º O relatório será apresentado em audiência pública e divulgado nos meios oficiais da prefeitura, garantindo transparência e controle social.

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

ART. 17º O poder executivo regulamentará esta lei no prazo de até 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

ART. 18º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 19º Revogam-se as disposições em contrário.

PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITINGA, em 27 de Outubro de 2025.

Maria Cláudia F. Santos Bezerra.
MARIA CLAUDIA FERREIRA DOS SANTOS BEZERRA

2ª Secretária da Câmara Municipal de Itaitinga
Vereadora **PROFESSORA CLÁUDIA**





CÂMARA MUNICIPAL
DE ITAITINGA - CE

LEGISLANDO COM O POVO

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Indicação tem por finalidade sugerir ao Poder Executivo Municipal a instituição da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com base na Lei Federal nº 11.346/2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

A referida política tem como objetivo assegurar que todos os cidadãos de Itaitinga tenham acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo contínuo e sustentável, respeitando a diversidade cultural e os hábitos alimentares regionais.

O município possui grande potencial para desenvolver ações voltadas à agricultura familiar, hortas comunitárias, combate ao desperdício e fortalecimento da alimentação escolar, beneficiando famílias em situação de vulnerabilidade social.

Com a criação desta política, Itaitinga passará a integrar formalmente o SISAN, podendo receber apoio técnico e financeiro da União e do Estado, ampliando sua capacidade de enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional.

Dessa forma, esta Indicação busca promover saúde, dignidade e desenvolvimento sustentável, colocando Itaitinga em sintonia com os princípios do direito humano à alimentação adequada.

Maria Cláudia F. Santos Bezerra.
MARIA CLÁUDIA FERREIRA DOS SANTOS BEZERRA

2ª Secretária da Câmara Municipal de Itaitinga
Vereadora **PROFESSORA CLÁUDIA**

